

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.147 - SP (2018/0330324-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CENTRAL ENERGETICA MORENO ACUCAR E ALCOOL LTDA
ADVOGADOS : RUI GERALDO CAMARGO VIANA - SP014932
MARCOS ALEXANDRE PEREZ RODRIGUES E OUTRO(S) - SP145061
ADVOGADA : FERNANDA BONILHA DAOUD - SP220544
AGRAVADO : LUIS FERNANDO DORTA
AGRAVADO : JOAO CARLOS DORTA
ADVOGADOS : THIAGO JORDÃO E OUTRO(S) - SP204558
HERCHIO GIARETTA - SP159962

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **CENTRAL ENERGÉTICA MORENO AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 478-479, e-STJ):

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. QUEIMADA EM CANAVIAL. CONCORRÊNCIA DE CULPAS. ENFRENTAMENTO DO RISCO. 1. Embora se reconheça a responsabilidade da ré pelo incêndio que confessadamente deram causa, os autores, por seu turno, cientes dos sinais de queimada existentes na região, decidiram seguir contra a recomendada prudência, o curso junto à rodovia na qual transitavam, vindo, posteriormente, a sofrer os danos narrados na petição inicial. Ainda assim, o que se verifica é que os autores escolheram enfrentar o perigo e o risco de dano eminente, daí o reconhecimento de concorrência de culpas e causas em relação aos danos sofridos. 2. Reconhecida a concorrência de culpas para o resultado produzido, a atenuar a responsabilidade da autora, entendo suficiente para reparar os danos causados aos autores a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00 a cada um daqueles. 3. Não obstante o entendimento da jurisprudência seja no sentido de reconhecer a independência dos danos morais em relação aos danos estéticos, autorizada a sua cumulação (Súmula 387, STJ), no caso em exame eles tem, por certo, a mesma natureza, pois não é possível identificar as condições justificadoras de cada espécie, pleiteadas ambas em razão das cicatrizes resultantes das queimaduras sofridas pelos autores. 4. Recurso parcialmente provido para julgar procedente em parte o pedido e condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 a cada um dos autores.

Opostos embargos de declaração, estes foram acolhidos, conforme ementa de fl. 518, e-STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO RECONHECIDA. - 1.

Decisão que comporta pequeno ajuste para consignar expressamente o termo inicial dos juros de mora (do evento) e da correção monetária (do julgamento do recurso) sobre o valor da indenização por danos morais objeto da condenação. - 2. Diante da sucumbência recíproca, as custas deverão ser repartidas entre as partes, compensada a verba honorária advocatícia. - 3. Embargos de declaração acolhidos, nos termos explicitados.

Diante do julgamento não unânime da apelação, foram interpostos embargos infringentes, os quais foram rejeitados, consoante acórdão de fl. 566, e-STJ:

RECURSO — Embargos Infringentes — Ação indenizatória — Ocorrência de incêndio em área rural de cultivo de cana — Responsabilidade efetiva da embargante, administradora do local — Fatos ocorridos em estrada rural de acesso, portanto, público — Modalidade de cultura a exigir maior cautela da responsável sinalizando em advertência ou mesmo, em casos de incêndio, interrompendo o fluxo de pessoas para afastar o risco de acidente — Cautelas não observadas — Abuso dos embargados em seguir na pista que sustenta a compensação com modulação do valor indenizatório mas não afastamento da responsabilidade que, no caso, resulta concorrente — Valor equilibrado adotado junto ao voto mediano e que merece prevalecer — Decisão confirmada — EMBARGOS INFRINGENTES REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial (fls. 572-593, e-STJ), a parte insurgente alegou ofensa aos artigos 407, 944 e 945 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: **a)** exorbitância do valor arbitrado para a indenização por danos morais e estéticos, alegando que deve ser considerada a concorrência de culpas para o evento danoso; **b)** os juros de mora incidem desde o arbitramento da indenização.

Sem contrarrazões (fl. 598, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 599-600, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 603-623, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Contraminuta à fl. 626, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A insurgente aponta violação aos artigos 944 e 945 do Código Civil, alegando exorbitância do valor arbitrado para a indenização por danos morais e estéticos e que deve ser considerada a concorrência de culpas para o evento danoso.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fl. 481, e-STJ):

Ainda assim, o que se verifica é que os autores escolheram enfrentar o perigo e o risco de dano eminente, como consignou o voto do Douto Relator Sorteado, daí o reconhecimento de concorrência de culpas e causas em relação aos danos sofridos pelos autores.

Como esclarece Arnaldo Rizzardo: "A indenização reparte-se quando há concorrência de culpas. E a concorrência é determinada pela presença de duas ou mais causas originadoras do evento. As causas são os comportamentos culposos. Somam-se as culpas determinantes do dano,

aparecendo o vínculo de causalidade entre elas e os prejuízos. Não basta, assim, o procedimento culposo, mas deve apresentar-se o liame da causa e do efeito entre as culpas e o dano" (Responsabilidade Civil, Ed. Forense, 4ª ed., p. 10).

Reconhecida a concorrência de culpas para o resultado produzido, a atenuar a responsabilidade da autora, entendendo suficiente para reparar os danos causados aos autores a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00 a cada um daqueles.

E não obstante o entendimento da jurisprudência seja no sentido de reconhecer a independência dos danos morais em relação aos danos estéticos, autorizada a sua cumulação (Súmula 387, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça), no caso em exame ele tem, por certo, a mesma natureza, pois não é possível identificar as condições justificadoras de cada espécie, pleiteadas ambas em razão das cicatrizes resultantes das queimaduras sofridas pelos autores. [grifou-se]

e-STJ): Em sede de embargos infringentes, o Tribunal de piso pontuou (fls. 568-569,

O fato também apontado no sentido de que os danos ocorreram em razão do comportamento dos embargos por seguiram pela via mesmo com a ocorrência do incêndio lateral, não tem o condão de afastar a responsabilidade reconhecida em relação à embargante sendo condição, como apontado junto ao voto vencedor, de motivar o reconhecimento de concorrência de culpas que, todavia, não inibe o arbitramento da reparação; porém, em montante e circunstâncias diversas caso ocorre a exclusividade. O i. relator designado fez referência precisa a obra de Arnaldo Rizzardo bem equacionando essa condição da compensação, indicando que "A indenização reparte-se quando há concorrência de culpas. E a concorrência é determinada pela presença de duas ou mais causas originadoras do evento. As causas são os comportamentos culposos. Somam-se as culpas determinantes do dano, aparecendo o vínculo de causalidade entre elas e os prejuízos. Não basta, assim, o procedimento culposo, mas deve apresentar-se o liame da causa do efeito entre as culpas e o dano" (Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, 48 ed., p. 10) (fls. 411, dos autos).

Na hipótese em análise, reafirmando, **ocorreu a concorrência de culpas e não a exclusividade no tocante a uma ou outra parte, cumprindo, na compensação, o balanço das circunstâncias para fins de arbitramento do montante em reparação diante, inclusive, natureza e extensão dos danos e consequentes prejuízos.**

Ausente demonstração probatória segura de que os embargados concorreram, em exclusividade, para o resultado do evento e ainda levando em conta seu vínculo direto com a área e lavoura e as responsabilidades de preservação e cautela não observadas, cumpre, a evidência, o afastamento do incidente para a integral prevalência do quanto decidido e posto junto ao voto prevalecente e que ditou o resultado de parcial procedência da ação indenizatória, inclusive no tocante aos limites da indenização arbitrada com seus encargos e acréscimos. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, ao fixar o montante da verba indenizatória, levou em consideração a concorrência de culpas para o evento danoso (fls. 481 e 568,

e-STJ) e, diante das peculiaridades do caso concreto, entendeu "suficiente para reparar os danos causados aos autores a condenação da ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00 a cada um daqueles" (fl. 481, e-STJ)

Não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, diante das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal *a quo* considerou adequada a indenização no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para cada autor, levando em conta, inclusive, a concorrência de culpas.

Para formar seu convencimento, a Corte Estadual valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra exorbitante, necessário seria o revolvimento do material probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCÊNDIO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. VALOR ARBITRADO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE RESPEITADOS. NÃO PROVIMENTO. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 2. **Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que o valor foi estabelecido na instância ordinária, atendendo às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.283.638/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16.10.2018, DJe 23.10.2018) [grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INCÊNDIO EM RESIDÊNCIA. PROCEDÊNCIA. ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. COMPROVAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. VERBA FIXADA EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. REFORMA DO ENTENDIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. 1. (Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos

interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal a quo se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, sendo desnecessário rebater, uma a uma, as razões suscitadas pelas partes. 3. A Corte estadual entendeu pela responsabilidade da CEMAR, bem como pelo seu dever de indenizar os prejuízos materiais e morais decorrentes do incêndio que sobreveio à residência dos autores. Rever o posicionamento demanda reexame do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula nº 7 do STJ. 4. A existência de fundamento inatacado, suficiente para manter a decisão proferida no acórdão recorrido, atrai, por analogia, a incidência da Súmula nº 283 do STF: É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles. **5. A orientação firmada nesta Corte admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por danos morais quando ínfimo ou exagerado. No caso concreto, o valor foi estabelecido, na instância ordinária, em atenção aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, sendo, portanto, desnecessária a intervenção desta Corte para alterá-la. Rever tal entendimento encontra óbice no enunciado sumular nº 7 do STJ.** 6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no AREsp 986.557/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27.04.2017, DJe 22.05.2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRABALHO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS MOTIVOS. SÚMULA Nº 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. ESPECIFICIDADE DA CAUSA. 1. (...). **4. É inadmissível, na estreita via do recurso especial, a alteração das conclusões das instâncias de cognição plena que demandem o reexame do acervo fático-probatório dos autos, a teor da Súmula nº 7/STJ.** **5. A indenização arbitrada a título de reparação por danos morais/estéticos baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que fixada em 500 (quinhentos) salários mínimos tendo em vista as severas as lesões corporais suportadas pelo autor da demanda, vítima de queimaduras que atingiram 67% (sessenta e sete por cento) de seu corpo em decorrência de gravíssimo acidente laboral.** 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.149.245/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18.06.2015, DJe 04.08.2015) [grifou-se]

Assim, uma vez não demonstrada a excepcionalidade capaz de ensejar revisão pelo STJ do valor arbitrado a título de danos morais, o conhecimento do apelo extremo implicaria reexame de questões fático-probatórias presentes nos autos,

providência inviável a teor do que dispõe o enunciado da Súmula 7 desta Corte.

2. No que toca à apontada violação ao artigo 407 do Código Civil, sustenta a recorrente que os juros de mora incidem desde o arbitramento da indenização.

No particular, o Tribunal *a quo* decidiu que os juros decorrentes da obrigação de indenizar devem ser contados desde a data do fato, consoante seguinte trecho do julgado (fl. 519, e-STJ):

Os juros decorrentes da obrigação de indenizar devem ser contados desde a data do fato, em estrito cumprimento ao disposto no art. 398 do Código Civil, verbis: "Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde que o praticou". [...]

E o entendimento que está cristalizado na Súmula nº 54 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, verbis: "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". [grifou-se]

Esta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, em se tratando de responsabilidade civil extracontratual, como na hipótese, os juros de mora devem fluir a partir do evento danoso. Tal orientação, inclusive, encontra-se consolidada no enunciado da Súmula 54 do STJ, a saber: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO COM VÍTIMA FATAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. 1. (...). **4. O acórdão recorrido alinhou-se ao entendimento do STJ no sentido de que os juros de mora, no caso de responsabilidade extracontratual, fluirão a partir do evento danoso, em conformidade com a Súmula 54 deste Tribunal.** 5. (...) 6. Agravo interno não provido. Acórdão (AgInt no AREsp 1.303.293/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 27/03/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TERMO INICIAL. JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ). **2. Os juros de mora contam-se desde o evento danoso, nas hipóteses de responsabilidade civil extracontratual.** 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 816.755/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 02/03/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO. **JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE**

EXTRACONTRATUAL. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. (...). 4. Em caso de responsabilidade extracontratual, os juros de mora são contados a partir do evento danoso, conforme a Súmula n. 54 do STJ. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.735.270/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 01/04/2019) [grifou-se]

Nos termos da jurisprudência desta Corte, notadamente em conformidade com o teor da Súmula 54 do STJ, o termo inicial dos juros de mora em caso de responsabilidade extracontratual, é a data do evento danoso.

Logo, o entendimento do Tribunal de origem, no ponto, está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior, o que atrai a incidência do teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator